Jornalismo para crianças: um serviço público da televisão portuguesa

ANELISE SCHÜTZ DIAS

Universidade Federal de Santa Maria - anelisesdias@gmail.com
Estudante de graduação do Departamento de Ciências da
Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria.

GABRIELA BORGES

Universidade do Algarve - gaborges@ualg.pt
Mestre e doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Foi investigadora
visitante na Universidade Autônoma de Barcelona e no Trinity College Dublin.
Pesquisadora convidada do Centro de Investigação em Artes e
Comunicação na Universidade do Algarve, onde também
leciona nos cursos de Mestrado e Doutorado em Comunicação, Cultura
e Artes e Pós-Graduação em Artes Visuais e Performativas.

Resumo

A televisão pública tem como objetivo oferecer programação baseada em conteúdos que se diferenciem dos da programação comercial. Deve obedecer a parâmetros de qualidade e servir à sociedade. Em Portugal, o segundo canal da Rádio e Televisão Portuguesa, RTP2, tem o dever de informar, de ajudar a preservar as garantias democráticas, além de divulgar ações culturais, sociais e políticas e reforçar laços identitários, através de uma perspectiva plural e diversa. Para o público infantil e infanto-juvenil, o canal aposta, com o *Diário XS*, em um formato inovador: um telejornal, de linguagem acessível, dedicado a informar os pequenos sobre o mundo que os cerca.

Palavras-chave

Jornalismo Infantil, RTP2, Diário XS

Abstract

The objective of public television is to offer a program schedule based in contents that differ from commercial programming. It has to obey quality parameters and serve the society. In Portugal, the Radio e Televisão Portuguesa second channel, RTP2, aims to inform, preserve democratic values as well to disseminate cultural, social and political actions, strengthening bonds identity, through a plural and diverse perspective. For the child/juvenile audience, the channel stake, with *Diário XS*, in a innovative format: a TV newscast, with accessible language, dedicated to educate and inform children about the world around them.

Keywords

Children Journalism, RTP2, Diário XS

Artigo recebido em 09/09/2012

Aprovado em 24/10/2012

A programação é entendida como um fluxo contínuo e não como um mero catálogo de programas. Este fluxo é pensado e definido estrategicamente em função do conteúdo das emissões, dos dias, das horas e da época de emissão, dos recursos disponíveis para adquirir programas, dos hábitos, gostos e características sociodemográficas dos telespectadores e das grelhas de programação de outros canais.

(PEREIRA, Sara. A minha TV é um mundo, p.12)

Ainda que muitos investigadores privilegiem uma abordagem de dimensão técnica sobre a televisão, é preciso que os estudos televisivos levem em conta a dimensão e o alcance social desse meio, pois esse não é só um mero aparato tecnológico. É, segundo McQuail (1994), o palco da vida pública, no qual são representados e, ao mesmo tempo, construídos valores e comportamentos sociais.

Instalada no ambiente doméstico, a televisão também se insere na esfera privada e configura as relações interpessoais através da veiculação de conteúdos que influenciam na percepção de mundo dos agentes sociais e também na forma com que estes se reconhecem e representam a si mesmos nos grupos em que estão inseridos.

Alguns estudiosos, que vão além do tecnicismo, criticam a decadência em qualidade da TV dos nossos dias. Julgam que os canais estão preocupados em ampliar a audiência a qualquer preço e, por isso, acabam por negligenciar a qualidade da programação.

De acordo com Bustamante, as emissoras tomaram para si características próprias do *marketing* e as aplicaram na distribuição de gêneros, horários e públicos-alvo na grade de programação. Além disso, houve a inserção de peças publicitárias, que agora disputam o espaço com a informação. “Face à concorrência existente, as televisões, inclusive as públicas, viram-se obrigadas a aumentar sua dependência de publicidade, o que condicionou sua programação” (BUSTAMANTE *apud* PEREIRA, p.15, 2007).

Do outro lado das câmeras, parte da opinião pública acusava a televisão de não ser o espelho da realidade social, mas sim uma distorção dela. Como espectadores, não se percebiam representados na programação oferecida. Por essa razão – dentre tantas outras, como a necessidade da democratização do acesso aos meios de comunicação e de divulgação cultural, da construção participativa da representação social na televisão e do acesso ao direito de cidadania que tange à informação e que se aplica aos conteúdos

gerados, veiculados e consumidos – foram criadas as televisões públicas, que devem se estruturar a partir de uma série de parâmetros de qualidade complementares aos princípios básicos do serviço público.

Porém, há uma parcela importante de espectadores – as crianças – que, devido à sua faixa etária e representatividade social, é pouco considerada nas discussões acerca da qualidade da programação pelas televisões comerciais. Por conta de diversos processos históricos e pelas características da vida moderna, a televisão passou a ocupar mais espaço na vida desse grupo e se constituiu como instituição de influência, de mediação da realidade e de socialização. Conforme Pereira:

esse meio de comunicação assume um espaço-tempo relevante no quotidiano das crianças; conta-lhes histórias, faz apelo à sua fantasia e imaginação, mostra-lhes acontecimentos, pessoas e lugares a que dificilmente teriam acesso de outro modo, permitindo-lhes viajar no tempo e no espaço. (2002, p.11)

Já na televisão pública portuguesa, a criança, como cidadã, faz parte do público que deve ser considerado na produção de conteúdos que têm como foco a cultura, a investigação, a inovação, a ciência, a ação social, o desporto amador, os direitos e os deveres de cidadania, conforme as obrigações impostas pela Lei de Televisão nº 32/2003, de Portugal.

Borges (2011), baseado na obra *Televisão e Cidadania*, organizada por Manuel Pinto, elenca as funções do serviço público de televisão, que também deveriam ser incorporadas pela RTP2. As funções, de acordo com ele, são: preservação das garantias democráticas, informativa, cultural, educativa, divulgação social, política, inter-relacional, identitária, mobilização dos valores, equilíbrio territorial, interatividade, estímulo à participação sócio-cultural e diversidade.

De concessão pública e de acordo com as funções que lhe são atribuídas e com as leis que a regulamentam, a RTP2 Portuguesa inova na apresentação da informação para as crianças, ao produzir e veicular o *Diário XS*, programa jornalístico destinado aos infantes dos oito aos doze anos.

Rádio e Televisão Portuguesa: o segundo canal

A partir da década de 1990, o mercado audiovisual português foi reconfigurado em razão da concessão de licenças de funcionamento aos canais privados e da abertura do mercado para a publicidade. A emissora Rádio e Televisão Portuguesa (RTP), devido à abolição da taxa de licença que antes era paga pelos espectadores para financiar a programação – semelhante ao que ocorre ainda hoje no Reino Unido, com a BBC –, encontrava-se em agravada crise financeira, com enormes dívidas e sem condições de seguir custeando a programação.

Por causa da pressão realizada pelos dois novos canais privados, SIC e TVI, criados em 1992 e 1993, a RTP teve de reduzir o espaço destinado à publicidade e, de 1995 a 2001, o déficit financeiro foi de 50 milhões para 200 milhões de euros, enquanto as outras duas emissoras seguiam somando lucros.

Em 1995, já na tentativa de reverter a situação da RTP, o governo Socialista criou a “Comissão de Reflexão sobre o Futuro da Televisão”, que era composta por membros do governo, da sociedade civil e especialistas em comunicação, que deveria discutir e traçar estratégias para a recuperação da emissora. As sugestões da comissão foram aceitas, porém, não implementadas. Em 2002, com o governo Social Democrata frente ao país, intencionou-se privatizar o segundo canal da RTP e manter apenas um canal público generalista. De acordo com Borges:

Essa medida foi muito contestada por diversos setores da sociedade, o que levou o governo a designar um Grupo de Trabalho para avaliar o funcionamento do serviço público de rádio e televisão. Os resultados apresentados em setembro de 2002 recomendavam a não privatização da RTP. A RTP1 deveria continuar como um canal público generalista e a RTP2 seria transformada num “serviço público alternativo aberto à sociedade civil no sentido de reforçar a diferença, os princípios universais, a coesão e a proximidade”. (2011, p.242)

Em dezembro de 2002, após a apresentação do documento intitulado “Novas Opções para o Audiovisual” – que, entre outras coisas, salientava “a crise de identidade do setor em relação à estratégia, à organização e à integridade, principalmente devido ao incumprimento das obrigações de serviço público, à perda de audiências, aos altos custos de produção e de recursos humanos e à má gestão dos fundos públicos” (BORGES, 2011, p.242) – o segundo canal da RTP foi entregue à sociedade civil, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da democracia e da sociedade, através da

aproximação da televisão e dos cidadãos. Nessa nova configuração, os membros do terceiro setor seriam os responsáveis pelos conteúdos veiculados. Porém, o governo não propôs um modelo de funcionamento que permitisse aos cidadãos darem continuidade ao canal público sem prejuízo à qualidade.

Para regulamentar e implementar as mudanças necessárias, foi aprovada a Lei de Televisão nº 32/2003, a qual definiu os deveres a serem cumpridos pelos canais públicos e privados. Conforme o Artigo 51º, dessa lei, a RTP ficou responsável por veicular programas com concessão especial. O canal, de acordo com a lei, deveria ser:

Especialmente vocacionado para a cultura, a ciência, a investigação, a inovação, a acção social, o desporto amador, as confissões religiosas, a produção independente, o cinema português, o ambiente e a defesa do consumidor e o experimentalismo audiovisual. Esse serviço de programas seria objeto de concessão autónoma, pelo prazo de oito anos, sob a titularidade da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A. (Borges, 2011, p.243)

No contrato de concessão especial, cláusula de número cinco, decidiu-se pela abertura progressiva à sociedade civil, por meio de parcerias que deveriam contribuir para a construção de uma grade de programação com conteúdos especializados e de qualidade. Borges explica que “a abertura à sociedade civil possibilitou o acesso do público aos valores, às temáticas e às realidades que, em geral, não encontravam cobertura nos meios de comunicação”, além de ofertar programas variados para públicos antes não contemplados.

Apesar disso, segundo Pereira (2007, p.24), o canal apresentava grandes dificuldades para conquistar o seu espaço no mercado televisivo e se aproximar do projeto idealizado, cinco anos após a reformulação. Porém, no que tange às crianças, a autora é mais otimista. De acordo com ela:

A televisão pública aproveita com frequência o seu segundo canal – RTP2 – para a emissão de programação infanto-juvenil. Esta escolha deve-se, como confirmou a responsável por esta programação, às baixas quotas de audiência deste canal. Esta situação acaba por ser vantajosa para o público infantil, pois o facto de não pretender entrar na ‘guerra de audiências’ com os outros canais permite-lhe oferecer este tipo de programação no horário nobre das crianças e do próprio canal. (2007, p.25)

Jornalismo e Infância

No universo da cidadania, o direito à informação constitui-se fundamental para o exercício pleno da função de cidadão. São as informações a que se tem acesso que permitem a tomada de decisões e as escolhas, na vida pública e privada. Segundo Miguel, o direito à informação é recoberto por um conjunto de prerrogativas diferentes, ainda que de fundamentos semelhantes:

Há, em primeiro lugar, o direito básico de conhecer os fatos do mundo. Há o direito de conhecer as diferentes correntes de pensamento que disputam a esfera pública. E há também o direito de conhecer os próprios direitos. Este último é a base de toda a cidadania consciente. O ser cidadão, na verdadeira acepção da palavra, implica entender a si mesmo e aos outros como sujeitos de direitos, estabelecendo com o Estado uma relação que não é de deferência, nem de alheamento. (2001, p.192)

Ainda que seja um direito inerente a todo o ser humano, o acesso à informação nem sempre é pleno. É-nos ofertado todos os dias uma gama diversa de mídias, formatos e discursos, porém, a questão do repertório e da linguagem ainda segrega e afasta, em muitos casos, o emissor da realidade do receptor.

O Jornalismo Infantil é um exemplo da necessidade de mediação linguística e cultural para que o público-alvo tenha a sua atenção capturada pelos emissores. No caso da comunicação feita para crianças, a tarefa é ainda mais difícil, pois, imersos em um mundo de facilidade e rapidez no alcance da informação por meio das tecnologias digitais, o público infante-juvenil se apresenta bem mais complexo do que há algumas décadas. E o fato desse tipo de comunicação ser feita por adultos é a primeira dificuldade que se impõe para a qualidade do conteúdo, pois o jornalista adulto dificilmente consegue imergir no universo lúdico da infância.

Não compreendendo de fato as complexidades que envolvem o público a quem dirige o seu discurso, ele tende, em alguns casos, a infantilizar a sua fala, o que pouco contribui para a formação da criança. Outro caso problemático é o dos produtores de conteúdo que assumem a postura paternal e autoritária de quem decide com que tipo de informação a criança deve ser provida sem levar em conta as suas especificidades e a sua diversidade. O produtor de conteúdo, desse modo, toma para si a decisão do que é melhor para o infante, sem permiti-lo enxergar-se como parte do processo

comunicativo. No artigo “Jornal para Crianças ou Jornalismo Infantil”, Ana Arruda explica, de acordo com Girardello, a importância da produção voltada para os infantes:

O fato é que a informação nunca esteve, tecnicamente, tão ao alcance de todos. A criança, através dela, entrou no mundo dos adultos. Acabou definitivamente a velha história de “isto não é conversa para criança; saia da sala, menino”. [...] O universo da criança se ampliou, (como também o do adulto médio), mas continua a ser diverso do dos adultos. Ela entrou em nosso mundo, mas com uma visão sua, infantil, especial. [...] Quando tem seu interesse despertado para determinado assunto, a criança se dirige aos adultos – ou melhor, ao adulto de sua confiança – para se informar sobre o tema. [...] Existe, portanto, um público infantil para jornal. Interessado na informação. Mas precisando de uma informação dirigida especialmente para ele. (Arruda, op.cit., p.33)

As crianças enquanto cidadãs, portanto, têm o direito de receber informações que as permitam compreender o universo no qual estão inseridas e a se posicionar diante dele. Não é mais possível considerá-las como uma audiência passiva e acrítica. Não basta ofertar uma programação para elas. É preciso que os conteúdos sejam adequados.

Diário XS – saber dá prazer

O “*Diário XS – saber dá prazer*” é um noticiário diário destinado a crianças de 8 a 12 anos, que se adéqua ao gênero jornalismo infantil, tratado anteriormente. É um programa noticioso, de cerca de cinco minutos de duração, veiculado pelo canal dois da RTP, às 17h40 e às 19h45, que apresenta notícias de Portugal e do mundo de forma didática e fácil de ser assimilada. Tem como formato uma série de notas cobertas, ou seja, reportagens feitas com sequências de imagens gravadas ou fotografias cobertas por *off* gravado em estúdio, com a voz do locutor Luis Gaspar e poucas e curtas entrevistas.

De responsabilidade do jornalista Nelson Rodrigues, o telejornal para o público infantil e infanto-juvenil discorre sobre política, economia, cultura, meio ambiente, esporte, lazer, meteorologia e educação. A linguagem empregada é a coloquial e sempre há explicação dos termos mais complexos utilizados. Além disso, o *Diário XS* é veiculado também nas retransmissoras da RTP, como a RTP África e a RTP i América.

No dia 28 de agosto de 2012, por exemplo, o programa inicia com a cobertura de um encontro do grupo que negocia os rumos da crise portuguesa. A manchete resume a ideia principal da notícia: “os representantes da *Troika* estão de novo em Portugal para analisar as contas do governo”. A seguir, de acordo com a proposta pedagógica do

programa, o locutor explica o significado da expressão: “*Troika* é a palavra russa que significa trio e, nesse caso, é utilizada para falar dos três organismos que emprestaram dinheiro ao país: Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Internacional” (*Diário XS*, 2012). No restante da reportagem, que tem cerca de um 1m e 20s de duração, discorre-se sobre os desdobramentos da reunião, com a mesma linguagem clara e direta.

A reportagem a seguir é de relevância internacional e fala sobre o meio ambiente e suas intempéries. Nela, é explicada a diferença entre os fenômenos climáticos furacão, tufão e ciclone:

um tufão e um furacão são a mesma coisa, mas tem nomes diferentes consoante o sítio em que acontecem: chamam-se furacões quando iniciam do Oceano Atlântico ou no noroeste do Oceano Pacífico e tufões se nascerem no oceano Índico ou no oeste do Pacífico. Noutras partes do Índico ou do Pacífico tem o nome de Ciclone. (*Diário XS*, 2012)

Segue com uma reportagem sobre ciência, com uma invenção para ajudar cegos a se locomoverem em locais públicos. Após, no eixo temático cultura, matéria sobre o festival cultural de Edimburgo, na Escócia, que recebe artistas de todo o mundo. Logo depois, uma reportagem sobre literatura e encerra com a previsão do tempo.

A linguagem, como é expresso na descrição inicial sobre o programa, disponível no *website* da emissora, é “extra simples” e o conteúdo é bastante resumido. Ainda que opte por trabalhar com a estrutura manchettata, com mais imagens cobertas por *off* e menos entrevistas, o *Diário XS* não desliza na superficialidade, pois, como acredita Arruda, a informação ofertada serve de estímulo para despertar a curiosidade das crianças e adolescentes que, uma vez instigados, vão em busca de outras fontes de conhecimento para complementar aquilo que foi aprendido. Além disso, o programa é veiculado próximo ao horário nobre da televisão portuguesa (das 20h às 23h), que é o período de maior audiência e quando, nos canais comerciais, são veiculados os telejornais tradicionais.

Para se aproximar ainda mais do seu público-alvo, o *Diário XS* aposta não só em uma linguagem diferenciada dos padrões do telejornalismo para adultos, mas também na presença em rede social *Facebook*. Porém, não possui um perfil próprio. Está contido no perfil do programa *Zig Zag*, que aglutina toda a programação de cunho

infantil da RTP2. Tanto no site da RTP2 quanto no *Facebook*, as edições antigas são disponibilizadas para a visualização, porém apenas a rede social permite a interação entre o público e os produtores. Nela, são postadas sugestões, dúvidas e pedidos dos telespectadores, além de informações sobre alterações no programa, por parte da emissora.

Conclusão

Durante o período de concessão especial da RTP2, de 2003 a 2006, houve uma grande aposta no público infantil, tendo havido um aumento de 4% no volume de programas e passando a representar 19% da grade de programação. Desde então, a RTP2 tem mantido um equivalente a sete horas diárias de programação infantil, divididas entre o período da manhã e do final da tarde até o horário nobre. É de destacar que a programação infantil é exibida no horário nobre enquanto nos outros canais da televisão aberta são exibidos os telejornais, tornando-se assim numa programação alternativa para as crianças.

Neste sentido, a aposta no jornalismo infantil, que não é nova, uma vez que o programa *Quiosque*, exibido de 2006 a 2008, também abordava temas jornalísticos e o programa *PICA*, exibido em 2010 também, garante a veiculação de informação de uma forma diferenciada, isto é, com um vocabulário e uma linguagem audiovisual adequados ao público. Além disso, o canal também faz uso das redes sociais, com a possibilidade das crianças interagirem com a produção, ainda que de forma rudimentar, nas página do *Facebook*.

Referências bibliográficas

- BORGES, G. 2011. **A qualidade do canal 2: Percursos teóricos e metodológicos da investigação**. In: Gabriela Borges, G. & Freire Filho, J. (org.). Estudos de televisão: diálogos Brasil-Portugal. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 240-274.
- DIÁRIO XS, 2011. Lisboa: **Diário XS**, 28 de agosto de 2012. Telejornal infantil.
- GIRARDELLO, Gilka. **A produção cultural para crianças no ensino de graduação em comunicação**. Portal Cultura Infância. Disponível em: <http://www.culturainfancia.com.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=154:a-producao-cultural-para-criancas-no-ensino-de-graduacao-em-comunicacao&catid=46:midia-imprensa&Itemid=75>. Acesso em: 18 de agosto
- MARTINS, Madô. **Jornalismo para crianças**. Observatório da Imprensa. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/jornalismo_para_crianças>. Acesso em: 20 de agosto
- PEREIRA, Sara. **A minha TV é um mundo: programação para crianças na era do ecrã global**. Lisboa: Campos das Letras, 2007. 156p.
- PEREIRA, Sara. **Por Detrás do Ecrã: Televisão para crianças em Portugal**. Porto: Porto Editora, 2007. 212p.

Este artigo e todo o conteúdo da **Estudos em Jornalismo e Mídia** estão disponíveis em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/index>

Estudos em Jornalismo e Mídia está sob a [Licença Creative Commons](#).